

- REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA PRIVADA -

Aos vinte oito dias do mês de outubro de dois mil e quinze, nas instalações do Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, sito na Rua Miguel Bombarda, s/n., na União das Freguesias do Barreiro e Lavradio, no Concelho do Barreiro, teve início pelas dezassete horas e quarenta oito minutos, uma reunião extraordinária privada do Órgão Executivo da Câmara Municipal do Barreiro, sob a presidência do senhor Carlos Humberto Palácios de Carvalho, estando presentes os seguintes senhores vereadores: Sofia Amaro Martins, Regina Célia Agostinho Janeiro, Rui Pedro Gaspar Lopo, Sónia Isabel Oliveira Lobo, Bruno Jorge Viegas Vitorino, Marcelo Correia de Sousa Moniz, Frederico Alexandre Aljustrel da Costa Rosa e Rui Jorge Fernandes Faria.

O senhor vereador **Luis Filipe Pimenta Ferreira** e a senhora vereadora **Joana Rita Falua Branco**, por motivos pessoais foram substituídos pelos vereadores Frederico Alexandre Aljustrel da Costa Rosa e Rui Jorge Fernandes Faria respetivamente.

- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -

SENHOR PRESIDENTE PROPÕE ALTERAÇÃO À ORDEM DE TRABALHO.

A ORDEM DE TRABALHO FOI ALTERADA COM A CONCORDÂNCIA DOS SENHORES VEREADORES E PASSOU A SER A SEGUINTE:

1. DERRAMA SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL EM 2015 A COBRAR NO ANO DE 2016;
2. FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS DE 2016, RECEITA A ARRECADAR EM 2017;
3. TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (I.M.I.) A COBRAR NO ANO 2016;
4. NOVAS TARIFAS DO REGULAMENTO MUNICIPAL DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DA DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DO BARREIRO E DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE RESÍDUOS URBANOS E HIGIENE URBANA , PARA O ANO DE 2016”;
5. GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO, NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DO BARREIRO PARA 2016;
6. PLANO DE ACTIVIDADES, ORÇAMENTO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E MAPA DE PESSOAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TRANSPORTES COLECTIVOS DO BARREIRO PARA 2016;
7. CONSELHO MUNICIPAL PARA A REABILITAÇÃO URBANA;
8. 3.ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2015;

- ORDEM DO DIA -

1. DERRAMA SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL EM 2015 A COBRAR NO ANO DE 2016

Proveniência: DGFP – DIVISÃO GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada subscrita e apresentada pelo Senhor Presidente, que passou a integrar a **deliberação nº 357/2015** encontrando-se inserta no final desta ata como “**Anexo A**”.

2. FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS DE 2016, RECEITA A ARRECADAR EM 2017

Proveniência: GP – GABINETE DA PRESIDENCIA

A Câmara Municipal aprovou por **MAIORIA**, com três votos contra dos vereadores do Partido Socialista e uma abstenção do Vereador do Partido Social Democrata, a proposta acima referenciada subscrita e apresentada pelo Senhor Presidente, que passou a integrar a **deliberação nº 358/2015** encontrando-se inserta no final desta ata como “**Anexo B**”.

3. FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS DE 2016, RECEITA A ARRECADAR EM 2017

Proveniência: GVPS – GABINETE VERAÇÃO PARTIDO SOCIALISTA

A Câmara Municipal reprovou por **MAIORIA**, com seis votos contra dos vereadores da Coligação Democrática Unitária e do Partido Social Democrata, a proposta acima referenciada subscrita e apresentada pelo Vereador Marcelo Moniz, que passou a integrar a **deliberação nº 359/2015** encontrando-se inserta no final desta ata como “**Anexo C**”.

VEREADOR MARCELO MONIZ – Na perspetiva do Partido Socialista o IRS vai crescer e por esse motivo propõe a redução para 4,8%.

VERADORA SÓNIA LOBO – Não lhe parece ser ajustada a redução uma vez que estão a fazer a proposta sem que o orçamento de estado esteja aprovado, propõe que se mantenha.

PRESIDENTE – Não têm garantias da concretização e com todas as interrogações que se lhes colocam não estão em condições de abdicar nem de correr riscos.

VEREADOR MARCELO MONIZ – Percebe a argumentação da CDU, mas 0,3% equivale a 115 mil euros, não lhe parece um valor de que a autarquia não pudesse equacionar.

4 TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (I.M.I.) A COBRAR NO ANO 2016

Proveniência: DGC e DGFP

A Câmara Municipal aprovou por **MAIORIA**, com quatro votos contra dos vereadores do Partido Socialista e do Partido Social Democrata a proposta acima referenciada subscrita e apresentada pelos Vereadores Rui Lopo e Sónia Lobo, que passou a integrar a **deliberação nº 360/2015** encontrando-se inserta no final desta ata como “**Anexo D**”.

5 TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (I.M.I.) A COBRAR NO ANO 2016

Proveniência: GVPS – GABINETE VERAÇÃO PARTIDO SOCIALISTA

A Câmara Municipal reprovou por **MAIORIA**, com seis votos contra dos vereadores da Coligação Democrática Unitária e do Partido Social Democrata, a proposta acima referenciada subscrita e apresentada pelo Vereador Marcelo Moniz, que passou a integrar a **deliberação nº 361/2015** encontrando-se inserta no final desta ata como “**Anexo E**”.

6 TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (I.M.I.) A COBRAR NO ANO 2016

Proveniência: PSD – PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

A Câmara Municipal reprovou por **MAIORIA**, com oito votos contra dos vereadores da Coligação Democrática Unitária e do Partido Socialista, a proposta acima referenciada subscrita e apresentada pelo Vereador Bruno Vitorino, que passou a integrar a **deliberação nº 362/2015** encontrando-se inserta no final desta ata como “**Anexo F**”.

7 PROPOSTA DE REDUÇÃO DA TAXA DE IMI EM FUNÇÃO DO NÚMERO DE DEPENDENTES

Proveniência: PSD – PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

A Câmara Municipal reprovou por **MAIORIA**, com cinco votos contra dos vereadores da Coligação Democrática Unitária e três abstenções dos vereadores do Partido Socialista, a proposta acima referenciada subscrita e apresentada pelo Vereador Bruno Vitorino, que passou a integrar a **deliberação nº 363/2015** encontrando-se inserta no final desta ata como “**Anexo G**”.

VEREADOR BRUNO VITORINO – Em relação à proposta apresentada pelos Vereadores da CDU, sugere que a votação seja feita em separado.

VEREADOR MARCELO MONIZ – Em relação à proposta do PSD gostaria de saber quanto é que representa financeiramente para a autarquia as propostas de redução.

E regista com satisfação as propostas de redução da CDU e do PSD, são positivas mas insuficientes, porque se esquecem das pessoas que nos últimos anos também fizeram melhorias energéticas.

Reforça que a proposta do Partido Socialista é mais equilibrada, 1,2 % do orçamento da autarquia.

Sugere que cheguem a uma posição consensual, porque na sua opinião existem condições financeiras

VEREADORA SÓNIA LOBO – Também reafirma que gostaria de saber o que a proposta do PSD implicaria em termos de valores.

VEREADOR BRUNO VITORINO – Não tem consigo dados suficientes sobre os valores que refletem a sua proposta, mas diz estar disposto a rever. Tem é que ser dado um sinal aos Barreirenses.

VEREADOR RUI LOPO – O governo tentou dar um sinal com a devolução da sobretaxa mas depois recuou.

A DECO fez hoje uma nota de imprensa sobre o IMI.

Questiona o que é que sugerem que caia no orçamento de 2016 ou o que é que aumentam para poderem reduzir mais o IMI.

VEREADORA SÓNIA LOBO – Reforça que estão a manter a Taxa de IMI nos 0,4% e por esse motivo já deixam de receber cerca de dois milhões de euros.

Um milhão num, orçamento de 44 milhões é muito significativo.

PRESIDENTE – Sobre a proposta do Partido Socialista e a afirmação do Vereador Marcelo Moniz de que a redução seria só de 1,2% do orçamento é que sugere é que se corte cerca de um milhão a milhão e meio.

Com a quebra efetiva nos impostos de 2015 é que se verá a consequência que irá ter no orçamento de 2016.

VEREADOR MARCELO MONIZ – Têm visões diferentes do orçamento. A sua proposta é a pensar nos barreirenses e nas suas famílias

Subiram as despesas e pergunta quais tem sido os resultados líquidos nos últimos anos em que as receitas são superiores às despesas.

VEREADOR BRUNO VITORINO – O governo não recuou. Criou um mecanismo de devolução que só se consegue apurar no final do ano.

Solicita que na proposta do próximo ano se inclua um mapa evolutivo e comparativo.

A sua proposta é só de reduzir uma décima, que passe de 0,4% para 0,39%.

O Partido Social Democrata, não abdica de uma política local que vá ao encontro dos trabalhadores e dos Barreirenses.

PRESIDENTE – Refere que os dados da campanha do PSD sobre o IMI, não se concretizaram.

Não podem baralhar as coisas. O IMI não tem uma função social, é um imposto sobre o imóvel.

As propostas do PS e do PSD causam uma quebra da receita e consequentemente do investimento em atividade.

VEREADOR MARCELO MONIZ – Enfatizou “Fazer política a favor das pessoas”. Não quer uma camara rica o que quer é uma câmara capaz de atenuar ou resolver os problemas das pessoas.

Ponderou seriamente na possibilidade de se baixar o IMI.

Na sua opinião acabará por ser aprovado na Assembleia da República a redução da Taxa de II para os 4%, esta já é uma proposta aprovada pela Associação de Municípios.

VEREADOR RUI LOPO – Não reduzem as Taxas de IMI de forma generalizada, mas na proposta de IMI da CDU, há baixas de IMI.

PRESIDENTE – Nem é tanto o problema financeiro que pode causar a proposta do PSD é mais porque não vai no sentido da equidade das famílias.

Na proposta 4 apresentada pelos Vereadores da CDU, foram votados os pontos 2,3,5,6,7,8,9 e 10 em conjunto, e foram aprovados por maioria com seis votos a favor dos vereadores da CDU e do Vereador do PSD. Os três Vereadores do PS abstiveram-se;

Na proposta 4 apresentada pelos Vereadores da CDU, foi votado o ponto 4, aprovado por maioria com cinco votos a favor dos vereadores da CDU, três abstenções dos Vereadores do Ps e um voto contra do Vereador do PSD.

8 NOVAS TARIFAS DO REGULAMENTO MUNICIPAL DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DA DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DO BARREIRO E DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE RESÍDUOS URBANOS E HIGIÈNE URBANA, PARA O ANO DE 2016

Proveniência: DAR-GC – GABINETE COMERCIAL

A Câmara Municipal aprovou por **MAIORIA**, com uma abstenção do Vereador do Partido Social Democrata, a proposta acima referenciada subscrita e apresentada pela Vereadora Sofia Martins, que passou a integrar a **deliberação nº 364/2015** encontrando-se inserta no final desta ata como “**Anexo H**”.

VEREADOR MARCELO MONIZ – Reconhece o empenho e o profissionalismo de todos os intervenientes nesta proposta, que é de grande justiça social.

Justifica a necessidade de atualização das tarifas com os encargos tidos com a SIMARSUL e a necessidade de se continuar a fazer investimentos.

Pede que lhe façam chegar o estudo de viabilidade económica.

9 GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO, NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DO BARREIRO PARA 2016

Proveniência: DGFP – DIVISÃO GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

A Câmara Municipal aprovou por **MAIORIA**, com quatro abstenções dos vereadores do Partido Socialista e do Partido Social Democrata a proposta acima referenciada subscrita e apresentada pela Vereadora Sónia Lobo, que passou a integrar a **deliberação nº 365/2015** encontrando-se inserta no final desta ata como “**Anexo I**”.

VEREADOR MARCELO MONIZ – Coloca questões quanto às receitas de capital e saldo de gerência.

Faz referência ao aumento significativo nas GOP e coloca questões técnicas na pág. 63 do orçamento.

VEREADORA SÓNIA LOBO – Esclarece que o saldo de gerência só é incluído quando fizerem a revisão em Abril de 2016.

Que o aumento das GOP, decorre das transferências e está refletido na pág. 12 e 13, dá como exemplo o custo com a eletricidade.

VEREADOR BRUNO VITORINO – Deixa a análise e discussão para a Assembleia Municipal.

VEREADOR MARCELO MONIZ – Quanto à parte da introdução do documento deixa para a reflexão a ser feita na Assembleia Municipal.

Congratula-se com o prazo médio dos pagamentos a fornecedores e outros.

Este orçamento vem dar razão ao Partido Socialista, correção do IMT de um milhão de euros. A autarquia também prevê um aumento dos impostos indiretos de cerca de 5%.

Aumento de despesas com o pessoal, e o fim das empresas de inserção.

Regista que nas GOP existem valores insuficientes em algumas rubricas.

VEREADORA SÓNIA LOBO – O IMT foi calculado pela média de receita dos últimos dois anos.

O IRS entra nas transferências correntes e não nos impostos indiretos.

Nas construções diversas são fruto dos fundos comunitários de 2015.

VEREADOR BRUNO VITORINO – Chama a tenção para o que pensa ser um erro de “escrita” em relação ao número de anos que faltam para pagar os empréstimos.
Coloca uma questão sobre a transferência de verbas para as freguesias.

VEREADORA SÓNIA LOBO – O valor a transferir para as freguesias é o mesmo e vão continuar a dialogar com as juntas no sentido de ser necessário fazer alguns ajustes.

VEERADORA SOFIA MARTINS – O processo de descentralização para as juntas está sempre em revisão.

Algumas juntas ainda estão a chegar aos valores exatos que gastaram, porque não tem contabilidade de custos e nesse sentido vão continuar a discussão até ao final do ano 2015 e podem daí surgir ainda alterações.

10 PLANO DE ACTIVIDADES, ORÇAMENTO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E MAPA DE PESSOAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TRANSPORTES COLECTIVOS DO BARREIRO PARA 2016

Proveniência: SMTCB – SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TRANSPORTES COLECTIVOS DO BARREIRO

A Câmara Municipal aprovou por **MAIORIA**, com três abstenções dos vereadores do Partido Socialista, a proposta acima referenciada subscrita e apresentada pelo Senhor Presidente, que passou a integrar a **deliberação nº 366/2015** encontrando-se inserta no final desta ata como **“Anexo J”**.

VEREADOR RUI LOPO – Na apresentação da proposta realça o acordo de regularização de dívida para com a CP, a redução da dívida dos TCB em cerca de 30% e o protocolo recentemente assinado com o Município da Moita no prolongamento do serviço de transporte àquele concelho.

VEREADOR MARCELO MONIZ – Questiona o que é que a autarquia pretende fazer em relação ao aluguer e de espaços publicitários nos autocarros.

VEREADOR BRUNO VITORINO – Ajudava na apreciação se tivessem a execução aos dias de hoje.
As questões políticas, deixa para serem discutidas na Assembleia Municipal.
A nova aplicação (tempo de espera do autocarro), não vai ser usufruída por todos os utentes, mas vai ser bom para muitos e ajuda o município.

VEREADOR RUI LOPO – Diz que a última fatura de dívida dos TCB se reporta ao ano de 1991.

VEREADOR MARCELO MONIZ – Insiste na questão dos espaços publicitários e alugueres de autocarros;

VEREADOR RUI LOPO – Refere que acusarem a gestão de inercia na tentativa de obtenção de receita, é excessivo.

A ausência de compensação por parte do governo à semelhança do que faz com outras operadoras ajudou em muito ao aumento da dívida dos TCB. Neste momento ainda sem mantem a dívida à CARRIS e ao METRO.

VEREADOR MARCELO MONIZ – Apesar de conhecerem o que está para trás, querem argumentos para poderem votar a favor desta proposta de orçamento. Dá como exemplo, propostas concretas de que estão a alterar a política dos alugueres.

PRESIDENTE – Sublinha que nos transportes e nas águas o município deu passos gigantescos. Os TCB libertaram verbas para pagar dívida. Dívida entre aspas. Têm um problema essencial que é o da frota estar envelhecida. Enquanto não renovarem a frota de aluguer não conseguem ultrapassar esse problema. A dificuldade na contratação de trabalhadores é outro problema.

11 CONCELHO MUNICIPAL DE REABILITAÇÃO URBANA

Proveniência: DGRU – DIVISÃO GESTÃO DE REGENERAÇÃO URBANA

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada subscrita e apresentada pelo Vereador Rui Lopo, que passou a integrar a **deliberação nº 367/2015** encontrando-se inserta no final desta ata como “**Anexo k**”.

- VEREADOR BRUNO VITORINO PROPÕE QUE NA COMPOSIÇÃO DO CMRU, A ASSEMBLEIA MUNICIPAL PASSE A TER UM REPRESENTANTE DE CADA FORÇA POLITICA;
- VER RUI LOPO QUER QUE OS REPRESENTANTES QUE EXISTAM SE MANTENHAM PARA A PROPOSTA NÃO TER QUE VOLTAR A SER VOTADA NA AM
- É ACEITE A PROPOSTA DO VER. BRUNO E O VER. RUI LOPO FICOU DE FALAR COM O PRESIDENTE DA AM.

12 3.ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2015

Proveniência: DGFP – DIVISÃO GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada subscrita e apresentada pela Vereadora Sónia Lobo, que passou a integrar a **deliberação nº 368/2015** encontrando-se inserta no final desta ata como “**Anexo L**”.

- ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -

O Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a presente reunião, pelas dezanove horas e cinquenta e sete minutos, nada mais havendo a tratar da qual, para constar, se lavrou a presente ata, nos termos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

- APROVAÇÃO DA ATA -

As deliberações constantes desta ata foram aprovadas em minuta, para efeitos de exequibilidade imediata.

Para constar e produzir os seus efeitos legais, lavrou-se a presente ata que, após lida e aprovada por **MAIORIA** na reunião de dezasseis de dezembro do ano de dois mil e quinze, vai por mim ser assinada, Ana Paula Casimiro Monteiro, Assistente Técnica, que a lavrei na qualidade de secretária e pelo Sr. Presidente da Câmara Carlos Humberto de Carvalho.

O Presidente

A Secretária

(Carlos Humberto de Carvalho)

(Ana Paula Monteiro)